

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO PIAUÍ: enfoque institucional e identificação

Por Francisco Prancacio Araújo de Carvalho*, Francisco de Assis Veloso Filho**, Fernanda Rocha Veras e Silva*** e Ricardo Alaggio Ribeiro****

Entre 2009 e 2010, foi desenvolvido, em duas fases, o projeto “Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste”, com iniciativa da Rede de Pesquisas em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist) e objeto de contrato entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Fundação de Pesquisas (FUNPEC). Na primeira fase, procurou-se identificar os Arranjos Produtivos Locais (APLs) em cada estado através da caracterização e análise das metodologias utilizadas pelas diversas instituições envolvidas; na segunda, os estudos voltaram-se para a identificação, caracterização e análise do estágio de execução dos grandes projetos federais - entre os quais: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), Programa Território da Cidadania (PTC) e Zonas de Processamento das Exportações (ZPEs) -; bem como para uma reflexão sobre os impactos dos mesmos na economia estadual e a proposição de ações para o desenvolvimento local. No Piauí, o projeto citado foi desenvolvido por professores dos departamentos de Economia (DECON) e Geografia (DGH) e do mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (UFPI), com colaboração de discentes dos referidos cursos.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados termos de referências elaborados pela coordenação nacional do projeto, em discussão com as equipes estaduais, para garantir o padrão metodológico e homogeneidade dos resultados. Houve ainda o uso de pesquisa bibliográfica, levantamento de dados secundários em fontes impressas e em sites da internet e realização de entrevistas em organizações que atuam no apoio a

APLs no estado do Piauí, entre as quais: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do Estado do Piauí (SEDET), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDEC) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí (SEBRAE-PI).

Os resultados do projeto foram divulgados em **notas técnicas** que estão disponíveis no site da RedeSist¹. Além disso, foi lançado, em 2010, uma apresentação-síntese de parte do estudo no livro intitulado “Políticas para Arranjos Produtivos Locais: análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal”, organizado por Valdênia Apolinário e Maria Lusieu da Silva.

O presente artigo discute a identificação de APLs no Piauí, considerando o enfoque institucional. Na sequência, apresenta o conceito de arranjo e o enfoque das instituições, a identificação dos APLs piauienses e, por último, a título de conclusão, as considerações finais.

Arranjo Produtivo Local (APL) é um tema de interesse em diversos estudos no Brasil e no exterior, cujo conceito permite identificar inúmeras atividades produtivas e desenvolver mecanismos de intervenção que as transformem qualitativamente sob várias dimensões, sobretudo quando se trata de empreendimentos de baixo nível de desenvolvimento e que possuam gargalos significativos, e favorece, portanto, o desenvolvimento de pequenas atividades produtivas. APL é um instrumento norteador de políticas que auxilia na superação dos entraves da produção e ajuda no desenvolvimento local, especialmente em regiões com problemas graves na estrutura produtiva.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (2004), o

termo APL evoluiu da simples concentração industrial geográfica de pequenos e médios produtores para incorporar dimensões como territorialidade e especialização associadas à cultura local, existência de cooperações entre micro, pequenas e médias empresas e organização institucional, formas de governança, aprendizagem coletiva, potencial para promover inovações e presença de fornecedores locais.

[...] um APL se caracteriza por um número significativo de empreendimentos e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, e que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, e pode incluir pequenas, médias e grandes empresas. (MDIC, 2004, p. 5).

O tema já foi incluído como política de governo em plano plurianual e em documentos que tratam das políticas nacionais de desenvolvimento e políticas de apoio a essas aglomerações produtivas, que devem promover a ação coordenada de diferentes atores e dos fatores externos para o desenvolvimento das potencialidades econômicas locais e transformação de um aglomerado de pequenos empreendimentos informais em um arranjo produtivo consolidado.

A política nacional para arranjos abrange cinco linhas de ações estruturantes: crédito e financiamento, governança e cooperação, tecnologia e inovação, formação e capacitação e acesso a mercados (nacionais e internacionais).

O governo federal trata como APLs aqueles que apresentem um determinado conjunto de variáveis, como: concentração setorial de empreendimentos no território; concentração de indivíduos ocupados em atividades produtivas relacionadas com o setor de referência do APL; cooperação entre os atores participantes do arranjo (empreendedores e demais participantes), em busca de maior competitividade; e existência de mecanismos de governança (MDIC, 2004). Para o poder público, esta é uma abordagem que subsidia ações integradas de políticas públicas, estimulando o desenvolvimento local, a promoção da competitividade e da sustentabilidade dos empreendimentos; valoriza a cooperação, o aprendizado coletivo, o conhecimento tácito e a capacidade inovativa das empresas e instituições locais, fortalecendo os mecanismos de governança.

Nesse sentido, o MDIC (2004, p. 9) afirma que o objetivo da adoção de ações integradas de políticas públicas para arranjos busca (a) o desenvolvimento econômico; (b) a redução das desigualdades

sociais e regionais; (c) a inovação tecnológica; (d) a expansão e a modernização da base produtiva; (e) o crescimento do nível de emprego e renda; (f) a redução da taxa de mortalidade de micro, pequena e média empresas (MPME); (g) o aumento da escolaridade e da capacitação; (h) o aumento da produtividade e competitividade; e (i) o aumento das exportações.

Para Lemos, Albagli e Szapiro (2004), a abordagem específica de arranjos produtivos firmou-se nos órgãos da administração federal em 2003, na elaboração do plano plurianual (PPA) de investimentos para 2004-2007. Em 2004, criou-se o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), através da Portaria Interministerial n. 200, de 3 de agosto de 2004, sob a coordenação do MDIC, reunindo trinta e três organizações governamentais e não governamentais. Ainda naquele ano, o GTP APL executou um projeto-piloto em onze arranjos distribuídos pelas cinco regiões do País e promoveu levantamento, em parceria com os governos estaduais, que levou à identificação de 460 arranjos.

O governo do estado do Piauí trabalha com arranjos segundo o enfoque do MDIC, sendo que é a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do Estado do Piauí (SEDET) que promove a articulação daquele governo junto ao referido Ministério e que coordena o Grupo Gestor Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Piauí (GGE APL), o qual é formado pelas seguintes instituições: SEBRAE-PI, Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI), Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR), Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN), Secretaria Estadual de Fazenda do Piauí (SEFAZ), Instituto de Metrologia do Piauí (IMEPI), Associação Piauiense de Municípios (APPM), BNDES, Empresa Piauí Turismo (PIEMTUR), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNB, Banco Bradesco, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), CODEVASF, EMBRAPA Meio Norte, Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR) e Superintendência Federal da Agricultura.

O SEBRAE estabeleceu parceria com a RedeSist e passou a priorizar a atuação em arranjos. Como resultado, em 2003, foi publicado o "Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos". Neste, identificam-se arranjos como aglomerações de

empresas localizadas em um mesmo território e que tragam sinais de identidade coletiva de ordens culturais, econômicas, políticas e ambientais; com expectativas de desenvolvimento convergentes, firmado com parcerias e compromissos para sustentar os investimentos dos diversos atores no próprio território, de maneira que promovam um desenvolvimento integrado e compartilhado com redes locais, quais sejam: empresariais, sociais e institucionais (SEBRAE, 2003).

O SEBRAE (2003, p. 22), estabelece que as ações da instituição estarão direcionadas prioritariamente para os arranjos que possuam “aglomeração de micro e pequenos negócios, sejam aqueles constituídos por pequenas empresas ou aqueles desenhados pela existência de médias e grandes empresas que operam em rede [...]”. Assim, para a seleção dos arranjos, os seguintes critérios poderão definir o grau de prioridade em função da importância, tendência e urgência: (a) contrapartida local; (b) participação do arranjo no Produto Interno Bruto (PIB), sua importância na geração de emprego, o peso nas exportações e competição com importações; (c) capacidade de contribuição do arranjo com a especialização requerida no plano de trabalho do sistema SEBRAE, bem como do governo nacional e estadual; (d) análise de cenários e tendências econômicas; (e) a quantidade de parceiros, efetivos e potenciais; (f) relações do tipo PIB-setor/região; MPME/setor/região, número de empregados/setor/região; e (g) dinamicidade, organização e capacidade de resposta.

Além de Teresina, existem escritórios do SEBRAE no Piauí nas cidades de Floriano, Parnaíba, Picos, Piripiri e São Raimundo Nonato. Em todo o estado, a empresa conta com aproximadamente 117 colaboradores. Desse total, 10 trabalham diretamente com APLs. A experiência e a continuidade dos esforços dão ao SEBRAE-PI um destaque como agente de promoção de pequenos negócios e do desenvolvimento econômico.

A CODEVASF, por sua vez, tem direcionado seus programas e ações para o desenvolvimento regional, buscando contribuir para a geração de emprego e renda, sob orientação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP), o qual foi elaborado levando em conta conceitos específicos de desenvolvimento e de território. O desenvolvimento considerado é endógeno, isto é, realizado de baixo para cima,

com a participação dos atores locais e através da exploração das potencialidades de cada território. O conceito de território vai além de um espaço geográfico e incorpora a ideia de que a rede de atores locais, através de suas relações sociais, delimita esse espaço (CODEVASF, 2006).

O desenvolvimento territorial resulta, portanto, da combinação de políticas públicas com iniciativas de desenvolvimento endógeno. Os atores locais passam a desempenhar um papel de destaque na identificação e valorização dos atributos de cada região. Nesse sentido, dividiu-se o Piauí em onze territórios de desenvolvimento, identificados a partir do estudo das vocações produtivas e das dinâmicas de desenvolvimento de cada região, estabelecendo-se quatro componentes considerados prioritários: (a) fortalecimento institucional para implementação do Plano; (b) desenvolvimento sustentável e conservação da diversidade biológica; (c) desenvolvimento de APLs; e (d) melhoria e ampliação da infraestrutura básica e regulamentação fundiária.

Portanto, os arranjos produtivos formam um dos componentes prioritários estabelecidos no referido Plano e, segundo essa Companhia, um arranjo pode ser “[...] caracterizado por ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança e podendo incluir pequenas, médias e grandes empresas” (CODEVASF, 2010, s.p.).

Existe uma teia complexa de inúmeras instituições que atuam em arranjos ou em delineamento teórico similar: a FIEPI; a EMBRAPA, especificamente, a EMBRAPA Meio-Norte; a Fundação Banco do Brasil (FBB); o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI); a Prefeitura Municipal de Teresina, com a SEMDEC/PMT; o BNB; e a Universidade Federal do Piauí (UFPI). Esta implantou a Incubadora de Empresas do Agronegócio (INEAGRO) e conta também com o Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NINTEC-UFPI) para promover a cultura da inovação, a proteção e o licenciamento de produtos da pesquisa, executando, com financiamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o projeto-piloto para a implantação de sistema integrado de produção em apicultura, tendo como área de estudo a microrregião de Simplicio Mendes.

Com relação ao SEBRAE, foram identificados trinta projetos/arranjos no estado do Piauí, considerando as informações disponíveis no Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados (SIGEOR), um ambiente de gestão e colaboração que foi criado com o objetivo de dar suporte às ações de cada projeto, pois permite o gerenciamento e monitoramento pelas instituições parceiras, beneficiários e a sociedade em geral, tanto das ações desenvolvidas como dos resultados alcançados. Esses projetos estão exibidos no Quadro 1.

N	Projeto/Arranjo	Cidade-Polo
1	Apicultura do litoral piauiense	Piripiri
2	Apis Araripe	Picos
3	Apis da Serra da Capivara	São Rdo Nonato
4	Apoio à modernização do setor de reparação de veículos	Teresina
5	Aprisco da Região Norte	Parnaíba
6	Aprisco de Floriano	Floriano
7	Aprisco de Teresina	Teresina
8	Aprisco do Araripe	Picos
9	Artefatos de couro e similares de Teresina	Teresina
10	Artesanato da Região Norte	Parnaíba
11	Artesanato da Serra da Capivara	São Rdo Nonato
12	Artesanato de Teresina	Teresina
13	Avicultura do Piauí	Teresina
14	Cajucultura do Piauí	Picos
15	Confecção de Teresina	Teresina
16	Confecção do norte piauiense	Piripiri
17	Cultura e negócios integrados	Teresina
18	Fruticultura irrigada do território Floriano	Guadalupe
19	Fruticultura orgânica dos tabuleiros litorâneos	Parnaíba
20	Leite e derivados do Baixo Parnaíba	Parnaíba
21	Leite e derivados do território de Teresina	Teresina
22	Mandiocultura do território Araripe	Simplícios Mendes
23	Metalúrgica e serralheria de Teresina	Teresina
24	Ovinocaprinocultura da Serra da Capivara	São Rdo Nonato
25	Piscicultura do Piauí	Bocaina
26	Pólos comerciais	Teresina
27	Regionalização do turismo Jeri - Delta - Lençóis	Parnaíba
28	Turismo da Serra da Capivara	São Rdo Nonato
29	Turismo do território de Teresina	Teresina
30	Turismo roteiro integrado Sete Cidades e Serra da Ibiapaba	Piracuruca

Quadro 1 - APLs identificados pelo SEBRAE-PI. 2008-2009.

Fonte: SIGEOR (2009).

Ainda quanto à atuação do SEBRAE-PI, o SIGEOR apresenta dados relacionados a um projeto intitulado "Atendimento Espontâneo no Território de Teresina", no qual ainda não foi possível identificar a abordagem em arranjo.

No levantamento institucional de arranjos em 2008, o GTP APL apresentou onze arranjos produtivos locais para o Piauí, conforme o Quadro 2. Os seis primeiros citados, exceto o arranjo da Opala, estão referenciados na lista de arranjos prioritários do GTP APL para o período 2006-2008. Todos têm planos de desenvolvimento produtivo elaborados pelo grupo gestor e foram objetos das ações previstas para o período de 2008-2010.

N	APL	Cidade-Polo	N Municípios
1	Apicultura	Picos	31
2	Artesanato, de Parnaíba	Parnaíba	04
3	Opala, de Pedro II	Pedro II	02
4	Ovinocaprinocultura	Teresina	15
5	Têxtil e confecções da região norte	Piripiri	02
6	Turismo no litoral	Parnaíba	04
7	Cajucultura	Picos	39
8	Leite e derivados da região norte	Parnaíba	14
9	Artes, cerâmica vermelha	Teresina	01
10	Ovinocaprinocultura	Floriano	18
11	Piscicultura	Bocaina	01

Quadro 2 – APLs identificados pelo GTP APL

Fonte: GTP APL (2007).

No caso específico do SEBRAE-PI, observa-se que existem ações nesses seis arranjos. Na lista do SIGEOR, encontram-se os seguintes programas: APIS Araripe; Artesanato, na região norte; Aprisco, de Teresina; e Confecção, do norte piauiense. No caso da opala da cidade de Pedro II, na época da elaboração dos PDPs não havia programa junto ao SEBRAE-PI. Atualmente, contudo, dentro da Unidade de Atendimento Coletivo da Indústria foi incorporado o projeto Gemas e Jóias.

Os cinco últimos arranjos do levantamento institucional de arranjos em 2008 integram a lista de arranjos prioritários para o Piauí, no período 2008-2010, do GTP APL: cajucultura, leite e derivados da região norte, artes de cerâmica vermelha, ovinocaprinocultura e piscicultura. Estes não apresentam planos de desenvolvimento produtivo elaborados pelo Grupo Gestor Estadual de Apoio aos APLs do estado do Piauí. No total, eles abrangem 72 municípios do Estado.

Com relação a esses arranjos, o SEBRAE também apresenta programas no SIGEOR: cajucultura, no Piauí; leite e derivados, do Baixo Parnaíba; artesanato, de Teresina; aprisco, de Floriano e piscicultura, do Piauí. Vale ressaltar que este último foi considerado o município de Bocaina como cidade-polo, enquanto o programa do SEBRAE envolve os municípios de Esperantina, José de Freitas, Piracuruca, Teresina, Elesbão Veloso, Luzilândia, Piripiri, Parnaíba, Joaquim Pires e Inhuma.

Como foi mencionado anteriormente, no período 2008-2009 o SEBRAE possuía trinta projetos listados no SIGEOR. Inicialmente, todos esses projetos foram considerados apoiados por possuírem ações definidas. No entanto, pôde-se constatar que o SEBRAE-PI considera como arranjos apenas aqueles selecionados em parceria com a SEDET.

A CODEVASF identifica sete arranjos: cinco deles listados no PLANAP e dois arranjos de aquicultura (Quadro 3).

Nº	APL
1	Agricultura irrigada
2	Apicultura
3	Cajucultura
4	Extrativismo vegetal e mineral
5	Ovinocaprinocultura
6	Aquicultura nas regiões centro-sul e oeste do estado do Piauí
7	Aquicultura do baixo Parnaíba

Quadro 3 - APLs identificados pela CODEVASF. 2006

Fonte: CODEVASF (2006).

Desses APLs, a CODEVASF apoiou, inicialmente, quatro: apicultura; ovinocaprinocultura; aquicultura nas regiões centro-sul e oeste do estado do Piauí; e aquicultura do Baixo Parnaíba. Atualmente, a Companhia apoia outros arranjos, listados no Quadro 4.

N	Projeto/Arranjo
1	Aquicultura das regiões centro-sul e oeste do estado do Piauí
2	Aquicultura do Baixo Parnaíba
3	Caprinovinocultura, na mesorregião da Chapada do Araripe
4	Caprinovinocultura no território da Serra das Confusões
5	Caprinovinocultura no território dos Cocais e Entre Rios
6	Ovinocaprinocultura
7	Agroindústria da cachaça na mesorregião da Chapada das Mangabeiras
8	Bovinocultura no litoral piauiense
9	Apicultura na sub-região de São Raimundo Nonato
10	Apicultura no território da Serra das Confusões
11	Apicultura no município de Campo Maior
12	Apicultura na mesorregião da Chapada do Araripe
13	Cajucultura nas regiões norte e sudoeste
14	Floricultura tropical
15	Agricultura irrigada

Quadro 4 - APLs identificados e apoiados pela CODEVASF

Fonte: CODEVASF (2010)

Dos cinco arranjos listados no PLANAP não foram identificadas ações para o ano de 2009, apenas para extrativismo vegetal e mineral.

O BNB e a Prefeitura Municipal de Teresina não adotam a abordagem de arranjos, mas atuam em aglomerações produtivas empregando outras denominações, como polos integrados, polos setoriais, cadeias produtivas, *clusters* ou centros de produção. Os quadros 5 e 6 identificam essas aglomerações.

Nº	APL	Cidade-Polo	Nº Municípios
1	Polo integrado de desenvolvimento Uruçui-Gurguéia	Uruçui	19
2	Polo de saúde de Teresina	Teresina	01
3	Polo de turismo do litoral	Parnaíba	04

Quadro 5 - APLs identificados pelo BNB

Fonte: Veloso Filho et. al. (2009).

Nº	APL	Cidade-Polo	Nº Municípios
1	Polo de saúde	Teresina	01
2	Polo de artesanato do Poti Velho	Teresina	01
3	Polo de confecção e moda	Teresina	01

Quadro 6 - APLs identificados pela SEMDEC/PMT. 2009

Fonte: Veloso Filho et. al. (2009).

Com os estudos realizados, pode-se sugerir ainda a existência de novos arranjos, listados no Quadro 7.

Nº	APL	Cidade-Polo	Nº Municípios
1	Polo de minerais não metálicos	Teresina	01
2	Cultural e histórico	Oeiras	03
3	Cultural e religioso	Sta Cruz dos Milagres	01
4	Arranjo tecnológico	Teresina	01

Quadro 7 - APLs não identificados. 2009

Fonte: Veloso Filho et. al. (2009).

O Piauí tem uma ampla estrutura de atividades produtivas carentes, historicamente, de ações públicas eficientes que promovam o desenvolvimento sustentável. A abordagem em arranjos aliada ao fortalecimento institucional e promoção de políticas voltadas para superação dos entraves significativos poderá apoiar a consolidação de diversos APLs no estado, construindo um efeito dinâmico promotor do desenvolvimento econômico e social.

Os problemas na estrutura e na atuação dos órgãos do setor público criam obstáculos nas etapas de formulação, execução, acompanhamento e avaliação da política de promoção econômica e de apoio aos arranjos produtivos no Piauí. Neste, a política de promoção econômica e de apoio aos arranjos produtivos requer o fortalecimento dos órgãos envolvidos nesse setor, ainda que na configuração pragmática indicada pela experiência regional. É necessário o fortalecimento da SEDET, em termos de recursos humanos; reformas de instalações; veículos, móveis e equipamentos e recursos para despesas de custeio. Além disso, é necessário ainda que se estabeleça e operacionalize um sistema de acompanhamento e avaliação das ações junto aos arranjos. Esse sistema deverá ser orientado principalmente para aspectos-fins e os seus indicadores relacionados com parâmetros referentes aos próprios arranjos; secundariamente, poderá conter indicadores de execução mais relacionados com as atividades das organizações atuantes. Também se faz mister maior articulação entre as organizações atuantes em arranjos produtivos, no sentido de fortalecimento das parcerias e de efetivação das ações conjuntas programadas, esforços para formação de recursos humanos e intercâmbio de conhecimento.

Deve-se destacar ainda a importância da existência de mecanismos de representação e de fortalecimento da coordenação nas estruturas produtivas e a política estadual deve identificar e apoiar as organizações responsáveis pela coordenação local nessas estruturas produtivas. Essa capacidade local é o principal fator de formação e desempenho dos arranjos produtivos e pode contribuir para minimizar os efeitos dos obstáculos enfrentados pela política estadual de apoio aos arranjos produtivos.

O tema dos sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais deve ser abordado em uma perspectiva mais ampla dos campos disciplinares,

como teoria econômica, desenvolvimento, economia regional e urbana e planejamento econômico ●

Nota:

¹ Disponível em: <http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br>.

Referências

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. *Termo de referência para a política de apoio ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais*. 2004. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1234181254.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF. *Relatório Final. Plano de ações estratégicas da bacia do Parnaíba*. Brasília: CODEVASF; OEA, 2006 (Plano de ação para o desenvolvimento integrado da bacia do Parnaíba; 14).

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF. *Arranjo produtivo local*. 13 abr. 2010. [online]. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/desenvolvimento-territorial/arranjos-produtivos-locais>. Acesso em: 15 mar. 2011.

GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - GTP APL. *Manual de apoio aos arranjos produtivos locais*. Brasília: GTP APL/MDIC, 2007.

LEMONS, C.; ALBAGLI, S.; SZAPIRO, M. *Promoção de arranjos produtivos locais*. Rio de Janeiro: RedeSist/IE/UFRJ, 2004. (Nota Técnica).

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. *Termo de referência para atuação do Sistema SEBRAE em arranjos produtivos locais*. Brasília: SEBRAE, 2003 (Documentos).

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA ORIENTADA PARA RESULTADOS - SIGEOR. *Pesquisa de projetos*. SEBRAE-PI. Disponível em: <<http://www.sigeor.sebrae.com.br>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

VELOSO FILHO, F. de A. et al. *Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio nos arranjos produtivos locais. Piauí*. (Nota Técnica 02). RedeSist/IE/UFRJ; BNDES; FUNPEC, 2009. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Mapeamento_PI.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2011.

*** Professor do DECON, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFPI e pesquisador associado da RedeSist/IE/UFRJ. (prancacio@hotmail.com).**

**** Professor do DGE e do mestrado em Ciência Política/UFPI, pós-doutor em Economia/UNB e pesquisador associado da RedeSist/IE/UFRJ. (aveloso@ufpi.edu.br).**

***** Professora do DECON, doutoranda em Desenvolvimento Econômico/UFRS e pesquisadora associada da RedeSist/IE/UFRJ.**

****** Professor do DECON e do mestrado em Ciência Política/UFPI, doutor em Ciência Política/UNICAMP e pesquisador associado da RedeSist/IE/UFRJ.**